ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. SENTENÇA QUE, QUANTO AO PLEITO DE PAGAMENTO PELA INSALUBRIDADE, JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, TENDO EM VISTA QUE A VIA ELEITA PELA AUTORA TERIA SE MOSTRADO INADEQUADA PARA O ALCANCE DO ADICIONAL PRETENDIDO, FACE À AUSÊNCIA DE LEI MUNICIPAL QUE REGULAMENTE A MATÉRIA. APELAÇÃO DA AUTORA, PLEITEANDO O PAGAMENTO DO REFERIDO ADICIONAL, BEM COMO REFORMA QUANTO AOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. RECURSO QUE MERECE PROSPERAR EM PARTE. EMBORA PREVISTO O ADICIONAL NO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS (LC Nº 27/1999), O MESMO CARECE DE REGULAMENTAÇÃO, NÃO CABENDO AO PODER JUDICIÁRIO DISCIPLINAR A INCIDÊNCIA, O PERCENTUAL, O GRAU E A EXTENSÃO DA VERBA. ADEMAIS, A LC Nº 27/1999 FOI REVOGADA PELA LC Nº 151/2011, A QUAL, AO INSTITUIR O NOVO PLANO DE CARREIRAS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES, NÃO REPETIU A PREVISÃO SOBRE ESTE TEMA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVIDOS PELO MUNICÍPIO QUE DEVEM SER FIXADOS NA FORMA DO ARTIGO 85, §3º E 4º, II, DO CPC DE 2015, QUANDO DA LIQUIDAÇÃO DO JULGADO. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO, APENAS PARA REFORMAR A SENTENÇA QUANTO AOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS DEVIDOS PELO MUNICÍPIO, PARA QUE A SUA FIXAÇÃO SE DÊ NA FORMA DO ARTIGO 85, §3º E 4º, II, DO CPC/15, COM A DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL APÓS LIQUIDADO O JULGADO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, DEU-SE PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

017. APELAÇÃO 0015347-53.2014.8.19.0204 Assunto: Indenização por Dano Moral / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: BANGU REGIONAL 3 VARA CÍVEL Ação: 0015347-53.2014.8.19.0204 Protocolo: 3204/2017.00673329 - APELANTE: BANCO BMG S A ADVOGADO: EDUARDO CHALFIN OAB/RJ-053588 ADVOGADO: ILAN GOLDBERG OAB/RJ-100643 ADVOGADO: EDUARDO MELO FERREIRA OAB/RJ-137724 APELADO: HELIO VILLAÇA ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA OAB/DP-000004 **Relator: DES. GEORGIA DE CARVALHO LIMA** Funciona: Defensoria Pública Ementa: Apelação Cível. Pretensão de cancelamento dos descontos, a título de pagamento mínimo da fatura, efetuados no contracheque do autor, com a devolução em dobro dos valores debitados, de declaração de nulidade do contrato e de inexistência do débito, além de indenização por dano moral, sob a alegação de que não contratou cartão de crédito consignado. Sentença de parcial procedência do pedido. Inconformismo do réu. Hipótese na qual o autor acreditou estar contraíndo um empréstimo, mediante consignação em folha de pagamento, quando, na verdade, se trata de saque vinculado a cartão de crédito. A consequência deste tipo de negócio é a aquisição de uma dívida eterna pelo contratante, uma vez que os descontos das parcelas do empréstimo são feitos em valor mínimo, ficando o saldo remanescente sujeito aos encargos do cartão de crédito, geralmente superiores aos de um empréstimo consignado. Abusividade configurada, ante a onerosidade excessiva das cláusulas contratuais impostas ao consumidor, impondo-se a rescisão do contrato, a declaração de inexistência do débito, a revisão do saldo do autor e a devolução dos valores pagos em excesso, de forma simples. Dever de indenização configurado. Dano moral arbitrado em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), que se mostra em consonância com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Inteligência que se extrai da Súmula 343 deste Tribunal de Justiça. Nega-se provimento à parte conhecida do recurso, majorando-se os honorários advocatícios em 5% (cinco por cento) sobre o quantum fixado pelo Juízo a quo, na forma do artigo 85, § 11, do estatuto processual civil vigente, perfazendo o total de 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

018. APELAÇÃO 0014545-05.2016.8.19.0004 Assunto: Indenização Por Dano Moral - Outras / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: SAO GONCALO 6 VARA CÍVEL Ação: 0014545-05.2016.8.19.0004 Protocolo: 3204/2017.00678381 - APELANTE: MARLON MARINS DA SILVA NUNES ADVOGADO: DULCINEA DE JESUS MARINS DA SILVA NUNES OAB/RJ-106521 APELADO: TELEFONICA BRASIL S A ADVOGADO: HUGO FILARDI PEREIRA OAB/RJ-120550 ADVOGADO: CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO OAB/RJ-020283 ADVOGADO: ANDRESSA BARROS FIGUEREDO DE PAIVA OAB/RJ-108935 **Relator: DES. CINTIA SANTAREM CARDINALI** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. SENTENÇA QUE PÔE FIM AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, UMA VEZ QUE A PARTE RÉ REALIZOU O PAGAMENTO DAS QUANTIAS DEVIDAS E DEMONSTROU O CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER ESTABELECIDAS. INCONFORMADO, O AUTOR INTERPÕE O PRESENTE RECURSO DE APELAÇÃO, VISANDO À CONVERSÃO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER EM PERDAS E DANOS, DIANTE DO REITERADO DESCUMPRIMENTO DA PARTE RÉ. APELO QUE NÃO MERECE PROSPERAR. A EMPRESA RÉ COMPROVOU QUE REALIZOU O CANCELAMENTO DAS LINHAS TELEFÔNICAS E DOS DÉBITOS A ELAS ATRELADOS. ALEGAÇÃO DA PARTE AUTORA QUE VEIO DESACOMPANHADA DE PROVAS. PEDIDO DE CONVERSÃO QUE SOMENTE É POSSÍVEL, QUANDO A OBRIGAÇÃO DE FAZER SE MOSTRAR IMPOSSÍVEL, O QUE NÃO É O CASO DA PRESENTE HIPÓTESE. RECURSO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

019. APELAÇÃO 0210522-41.2016.8.19.0001 Assunto: Fornecimento de Insumos - Outros / Fornecimento de Insumos / Medicamento / Tratamento / Cirurgia de Eficácia não comprovada / Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos / Saúde / Serviços / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: ILHA DO GOVERNADOR REGIONAL 1 VARA CÍVEL Ação: 0210522-41.2016.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00670574 - APELANTE: UNIMED RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO LTDA ADVOGADO: PAULO CESAR DE ALMEIDA FILHO OAB/RJ-086973 ADVOGADO: MICHELE MARTINS DE ALMEIDA OAB/RJ-171269 APELADO: JOVENTINA DE ASSUMPCÃO ALVARES PEREIRA ADVOGADO: DEFENSOR PÚBLICO OAB/DP-000001 **Relator: JDS. DES. MARCELO ALMEIDA** Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO. PLANO DE SAÚDE. "HOME CARE". AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA PROPOSTA EM FACE DE PLANO DE SAÚDE FUNDADA EM FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO DOMICILIAR. Laudo e relatório médico atestando a gravidade clínica da autora (ídosa com 100 anos de idade) que é hipertensa, cardiopata, com FA crônica, com tumor de mama, sendo necessária a continuidade do tratamento com os cuidados de "home care" devido à gravidade do seu estado de saúde. Laudo pericial conclusivo no sentido de que a autora necessitava de cuidado de home care 24 horas por dia. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DEFICIENTE. COMPROVADA FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS E FIXADOS EM R\$5.000,00 EM CONSONÂNCIA COM OS PARÂMETROS COMUMENTE ADOTADOS POR ESTA CORTE EM SITUAÇÕES ASSEMELHADAS. RECURSO DESPROVIDO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

020. APELAÇÃO 0033061-11.2014.8.19.0209 Assunto: Contratos de Consumo / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: BARRA DA TIJUCA REGIONAL 6 VARA CÍVEL Ação: 0033061-11.2014.8.19.0209 Protocolo: 3204/2017.00673292 - APELANTE: RAPHAEL SANTOS DA SILVA ADVOGADO: ROBSON LUIS DA SILVA FERREIRA OAB/RJ-147928 APELADO: BROOKFIELD RIO DE JANEIRO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S A APELADO: BROOKFIELD INCORPORACOES S A ADVOGADO: DANIEL BATTIPAGLIA SGAÍ OAB/SP-214918 **Relator: DES. CINTIA SANTAREM CARDINALI** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL "NA PLANTA". DEMANDA VISANDO À REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS, DIANTE DO ATRASO NA ENTREGA DA OBRA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA, SOB O FUNDAMENTO DE QUE